

# **POLÍTICA DE PROTEÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE**

## **WEBSITE**

Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda. registada na Conservatória do Registo Comercial 500 853 975, NIPC 500 853 975 com sede Avenida Calouste Gulbenkian 7370-025 Campo Maior (doravante designada por “**MRAN**”), na execução das suas atividades no website <https://surfstream.gochill.pt> (“**Website**”), procede ao tratamento de Dados Pessoais, ou seja, informações relativas a uma pessoa singular identificada ou identificável (“**Titular(es) dos Dados**”), considerando-se identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular (“**Dados Pessoais**”).

A utilização do Website por qualquer utilizador será regulada pelos Termos e Condições de uso (“**Termos e Condições**”), implicando a sua utilização uma aceitação dos mesmos pelo Utilizador. Caso o Utilizador rejeite os Termos e Condições, deve cessar de imediato a utilização do Website.

A MRAN sempre que determina as finalidades e os meios de tratamento dos Dados Pessoais será qualificada enquanto Responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais autónomo, assegurando o cumprimento com as disposições do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e demais legislação aplicável e matéria de proteção de dados e privacidade (“**Legislação de Proteção de Dados**”).

No que concerne às atividades de tratamento de Dados Pessoais realizadas através do Website, a MRAN atuará enquanto Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais, devendo os Titulares dos Dados recorrer aos contactos disponibilizados no Ponto 10 para qualquer questão relacionada com a proteção de dados.

Nos termos da Legislação de Proteção de Dados, a MRAN pugna pelo tratamento de Dados Pessoais de acordo com todos os princípios aplicáveis, a saber: i) Princípio da Licitude, Lealdade e Transparência; ii) Princípio da Limitação das Finalidades; iii) Princípio da Minimização dos Dados; iv) Princípio da Exatidão; v) Princípio da Conservação; e, vi) Princípio da Integridade e Confidencialidade.

Pelo exposto, é estabelecida a presente Política de Proteção de Dados e Privacidade (“**Política de Privacidade**”), comprometendo-se a MRAN a realizar toda e qualquer operação de tratamento de Dados Pessoais de acordo com o disposto nos seguintes pontos:

## 1. FUNDAMENTOS DE LICITUDE E FINALIDADES DO TRATAMENTO DE DADOS

Os Dados Pessoais dos Titulares dos Dados serão tratados pela MRAN com os seguintes fundamentos de licitude:

<b>Fundamentos de Licitude</b>	<b>Em que é que consistem?</b>
Consentimento ⓘ	O Titular dos Dados poderá consentir no respetivo tratamento através de uma manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual aceita, mediante declaração (por escrito ou oralmente) ou ato positivo inequívoco (através do preenchimento de uma opção), que os seus Dados Pessoais sejam objeto de tratamento.
Diligências pré-contratuais ou a execução de um contrato ⓘ	Os Dados Pessoais poderão ser tratados se forem necessários, sem limitar, para a execução de um contrato de prestação de serviços e/ou fornecimento de produtos no qual é parte enquanto Colaborador, Cliente e/ou Fornecedor, ou para efetuar diligências pré-contratuais a seu pedido.
Cumprimento de uma obrigação jurídica ⓘ	Os Dados Pessoais poderão ser tratados para assegurar e garantir o cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja sujeita perante a legislação de um Estado Membro e/ou da União Europeia.
Defesa de interesses vitais do Titular dos Dados ⓘ	Os Dados Pessoais poderão ser tratados para assegurar a defesa dos seus interesses vitais, designadamente quando o mesmo tratamento seja essencial à sua vida.
Interesses Legítimos ⓘ	A MRAN, outros Responsáveis ou Terceiros, poderão tratar Dados Pessoais desde que esse mesmo tratamento não prevaleça sobre os seus interesses ou direitos e liberdades fundamentais.

Tendo em conta o mencionado, a recolha de Dados Pessoais com base nos fundamentos de licitude expostos será essencialmente para finalidades conexas com o desenvolvimento das atividades da MRAN.

## 2. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO WEBSITE

A MRAN trata os Dados Pessoais do Titular dos Dados da seguinte forma:

<b>Finalidade ⓘ</b>	<b>Atividades de Tratamento ⓘ</b>	<b>Fundamento de Licitude ⓘ</b>	<b>Prazo de Conservação ⓘ</b>

① Inscrição e Participação no concurso GOCHILL SURF STREAM	① Análise e tratamento de Dados para execução do concurso	① Diligências pré-contratuais ou execução do Contrato	① Pelo período necessário para o cumprimento do Contrato e/ou de obrigações legais
------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------

### 3. DADOS PESSOAIS TRATADOS NO WEBSITE

Para as finalidades enunciadas A MRAN trata os seguintes Dados Pessoais:

Finalidade①	Dados Pessoais①
① Inscrição no concurso GOCHILL SURF STREAM	① Dados de Identificação Pessoal (Nome, Sexo, Número de Federado na Federação Portuguesa de Surf, Imagem, Endereço de página na rede social Instagram), Dados de Contacto(E-mail),

### 4. MÉTODOS DE TRATAMENTO

O tratamento de Dados Pessoais será executado automatizada e manualmente por instrumentos informáticos, aplicando lógicas estritamente relacionadas com as finalidades e, em qualquer caso, promovendo a segurança e confidencialidade dos Dados Pessoais.

### 5. DIVULGAÇÃO E TRANSMISSÃO DE DADOS PESSOAIS

Os colaboradores da MRAN procederão ao tratamento de Dados Pessoais dos Titulares dos Dados para a execução das suas funções laborais e tratarão os Dados Pessoais exclusivamente nos termos especificados na presente Política de Privacidade.

Os Dados Pessoais poderão ser disponibilizados a terceiros encarregues de prestar serviços para A MRAN (“**Subcontratantes**”), vinculados por um contrato escrito e a tratar os dados nos termos da presente Política de Privacidade, não podendo tratá-los, direta ou indiretamente, para qualquer outra finalidade, em proveito próprio ou de terceiro.

Os Titulares dos Dados têm o direito de obter uma lista completa e atualizada dos Subcontratantes (caso existam) contratados pela MRAN, devendo para o efeito remeter um pedido específico a MRAN nos termos especificados no Ponto 10 da presente Política Privacidade.

Em cumprimento de obrigações legais, os Dados Pessoais dos Titulares de Dados poderão ser transmitidos a terceiros, para prossecução de finalidades próprias, designadamente bancos e

seguradoras, autoridades judiciais, administrativas, de supervisão ou regulatórias e ainda entidades que realizem, licitamente, ações de compilação de dados, ações de prevenção e combate à fraude.

## **6. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS**

A MRAN pode transferir os Dados Pessoais do Titular dos Dados para fora do Espaço Económico Europeu (“EEE”), para localizações que poderão não garantir o mesmo nível de proteção.

Contudo, caso aplicável, a MRAN só realizará transferências de Dados Pessoais para fora do EEE, de acordo com as seguintes medidas:

- Quando a transferência for realizada para uma localização ou através de um método ou em circunstâncias que a Comissão Europeia considere garantirem a proteção adequada dos Dados Pessoais;
- Quando tiver implementado cláusulas contratuais-tipo de proteção de dados aprovadas pela Comissão Europeia ou por uma autoridade de controlo competente; ou,
- Quando nenhuma das opções anteriores se aplicar, mas, ainda assim, a lei autorizar essa transferência, por exemplo, se a mesma for necessária para a declaração, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.

Poderá solicitar informação detalhada sobre as medidas de segurança que a MRAN tem implementadas relativas a transferências de Dados Pessoais para fora do EEE e, quando aplicável, uma cópia das cláusulas contratuais-tipo de proteção de dados em vigor na MRAN através dos contactos disponibilizados no Ponto 10.

## **7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS**

Nos termos da Legislação de Proteção de Dados, atual ou futura, a MRAN informa que os Titulares dos Dados têm o direito de acesso, retificação, limitação, portabilidade, ao apagamento e o direito de se opor ao tratamento de Dados Pessoais, em determinadas circunstâncias, os quais poderão ser exercidos nos termos do presente capítulo da Política de Privacidade.

### **Direitos**

Direito à prestação de informação ⓘ

### **Em que consistem?**

O Titular dos Dados tem o direito de obter informações claras, transparentes e facilmente compreensíveis sobre como é que a MRAN usa os seus Dados Pessoais e quais são os seus direitos. É por essa razão que a MRAN disponibiliza todas estas informações nesta Política de Privacidade.

Direitos	Em que consistem?
Direito de acesso ①	O Titular dos Dados tem o direito de obter informação sobre que Dados Pessoais a MRAN trata (se os estiver a tratar) e determinadas informações (semelhantes às fornecidas nesta Política de Privacidade) sobre a forma como esses Dados são tratados. a MRAN pode recusar o fornecimento da informação solicitada sempre que, para o fazer, a MRAN tenha de revelar Dados Pessoais de outra pessoa ou a informação impacte negativamente os direitos de outra pessoa.
Direito de retificação ①	Se os Dados Pessoais do Titular dos Dados estiverem incorretos ou incompletos (por exemplo, se o seu nome ou morada estiverem errados), poderá ser dirigido um pedido para que a MRAN tome medidas razoáveis para os corrigir.
Direito ao apagamento dos Dados Pessoais ①	Este direito também é conhecido como o “direito a ser esquecido” e, de forma simples, permite ao Titular dos Dados solicitar o apagamento ou eliminação dos seus dados, desde que não existam fundamentos válidos para que a MRAN continue a usá-los ou o seu uso seja ilícito. Não se trata de um direito genérico ao apagamento, pois admitem-se exceções (por exemplo, sempre que esses dados sejam necessários para a defesa de um direito num processo judicial).
Direito à limitação do tratamento ①	O Titular dos Dados tem o direito de “bloquear” ou impedir o uso futuro dos seus Dados enquanto a MRAN avalia um pedido de retificação ou como alternativa ao apagamento. Sempre que o Tratamento seja limitado, a MRAN continua a poder armazenar os seus dados, mas não os poderá usar posteriormente. A MRAN mantém uma lista dos titulares que solicitaram o “bloqueio” do uso futuro dos seus dados para garantir que essa limitação é respeitada.
Direito à portabilidade dos Dados Pessoais ①	O Titular dos Dados tem o direito de obter e reutilizar determinados Dados Pessoais para os seus próprios fins em várias organizações. Este direito aplica-se apenas aos Dados próprios que fornecidos a MRAN e que a MRAN trata com o consentimento e os que sejam tratados por meios automatizados.
Direito à oposição ①	O Titular dos Dados tem o direito de se opor a determinados tipos de tratamento, por motivos relacionados com a sua situação particular, a qualquer altura em que decorra esse tratamento, para efeitos do legítimo interesse da MRAN ou de terceiros. A MRAN poderá continuar a tratar esses Dados se puder fazer prova de “razões legítimas preponderantes para o tratamento que se sobreponham aos seus interesses, direitos e liberdades” ou se esses Dados forem necessários para o estabelecimento, o exercício ou a defesa de um direito num processo judicial.
Direito de apresentar queixa ①	O Titular dos Dados tem o direito de apresentar queixa junto da autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados – CNPD, se considerar que o Tratamento realizado aos Dados Pessoais viola os seus direitos e/ou a Legislação de Proteção de Dados.

Caso o fundamento de licitude para o tratamento dos seus dados pessoais seja o consentimento ou o interesse legítimo, pode respetivamente retirar o consentimento ou opor-se ao tratamento, a

qualquer altura, sem que daí lhe advenha qualquer consequência, mas sem que tal comprometa a licitude dos tratamentos entretanto efetuados. Caso seja retirado o consentimento ou verificando-se a sua oposição expressa, a MRAN cessará imediatamente o tratamento dos seus dados pessoais para a finalidade em causa, salvo se houver necessidade de tratar os dados para o cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais.

Poderá a qualquer momento, por escrito, exercer os direitos consagrados na Legislação de Proteção de Dados e demais legislação aplicável através dos meios descritos no Ponto 10 da presente Política de Privacidade.

## **8. SEGURANÇA E CONFIDENCIALIDADE**

Para garantir a segurança e a confidencialidade dos Dados Pessoais, são utilizadas bases de dados protegidas, entre outros, firewalls adequados e palavras passe, de acordo com as disposições da Legislação de Proteção de Dados. O acesso aos Dados Pessoais só é possível aos colaboradores autorizados que tenham uma necessidade efetiva de usar os Dados Pessoais, de acordo com os princípios da segurança e confidencialidade. As violações à presente Política de Privacidade por colaboradores da MRAN poderão dar origem a ação disciplinar. A conformidade com as normas e procedimentos da MRAN é monitorizada e verificada periodicamente.

## **9. COOKIES**

No que diz respeito aos tratamentos de Dados Pessoais que a MRAN realiza mediante a utilização de cookies, por favor, consulte a Política de Cookies da MRAN e personalize as suas definições, de acordo com as suas preferências.

## **10. COMO CONTACTAR A MRAN EM MATÉRIAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

Os Titulares dos Dados poderão exercer os seus direitos mediante contacto com a MRAN através de envio de correio eletrónico para a caixa de correio [rgpd@deltacafes.com](mailto:rgpd@deltacafes.com).

Os Titulares dos Dados poderão, igualmente, contactar o Encarregado da Proteção de Dados Pessoais da MRAN mediante o envio de correio eletrónico para a caixa de correio para [dpo@deltacafes.com](mailto:dpo@deltacafes.com).